

Comércio de escravos, relações de lealdade e expansão do Islã: razões e estratégias de Angoche para resistir à dominação portuguesa em Moçambique.

Regiane Augusto de Mattos

O objetivo desta apresentação é analisar o papel do sultanato de Angoche na organização da resistência à dominação portuguesa no norte de Moçambique, problematizando as razões e as estratégias que resultaram na formação, no final do século XIX, de uma coligação com diferentes sociedades no norte de Moçambique, como os xecados de Sangage, Sancul e Quitangonha e pelos grupos macua-imbamela e macua-namarral.

O sultanato de Angoche foi fundado por volta do século XV pela linhagem de Inhandare, filho de Xosa e neto de Hassani, imigrante muçulmano de Quíloa. A mãe de Inhandare, Muana Moapeta, era integrante de uma linhagem matrilinear macua e com Xosa teve mais três filhos, que deram origem a outras três linhagens (Inhamilala, Inhaitide e M'bilinzi), que recebiam a designação de Inhapaco.¹

A posição geográfica do sultanato de Angoche contribuiu muito para a sua expansão política. Localizado próximo ao litoral, o sultanato era responsável por realizar o comércio de longa distância, controlando as principais rotas comerciais entre o litoral índico e o interior do continente africano. Os chamados suaílis de Angoche estabeleceram intercâmbios por meio do Oceano Índico, sobretudo iniciados pelas cidades de Mogadixo, Quíloa, Brava, Lamu, conforme as fontes documentais árabes anteriores ao século XII, como os relatos do geógrafo Al'Idrisi. Das referidas cidades, ouro, marfim e escravos eram embarcados para as ilhas de Zanzibar, Comores e Madagascar e para regiões para além do Golfo Pérsico.²

Os portugueses passaram a fazer parte dessas relações comerciais apenas no século XVI, construindo entrepostos na costa oriental da África, onde reabasteciam os

¹ HAFKIN, Nancy. *Trade, society and politics in Northern Mozambique, c.1753-1913*. Ph. D. Dissertation, Boston University Graduate School, Boston, 1973, p.200.

² MEDEIROS, Eduardo. *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, p.11-13. KAGABO, Joseph H. Les reseaux marchands arabes et swahili en Afrique orientale. In: LOMBARD, Denys e AUBIN, Jean. *Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et Mer de Chine, 13-20èmes siècles*. Paris: EHESS, 1988, p.237-252. ALPERS, E. A. *Ivory and slaves in East Central Africa*. Londres: Heinemann, 1975.

navios que se dirigiam para a Índia e comercializavam âmbar, marfim, fibra de coco e, sobretudo ouro.

Até esse momento, os franceses dominaram a cena do tráfico de escravos, pois já havia muito tempo tinham estabelecido o controle desse comércio entre Moçambique e as ilhas no Índico. Eles produziam espécies de café e especiarias nas ilhas Mascarenhas, e como mão-de-obra trabalhadora utilizavam os escravos comprados na costa da África Oriental, em geral, adquiridos em Madagascar, Quíloa, Zanzibar e na ilha de Moçambique e comercializados por árabes, suaílis e portugueses.³

Em meados do século XVIII, com os crescentes incentivos portugueses e a contribuição dos suaílis, árabes e franceses ao comércio de escravos, Angoche tornou-se um dos mais importantes centros econômicos da África Oriental. No século XIX, já era um grande ponto comercial de escravos destinados a Zanzibar, Comores, ilha de Moçambique, Europa e América.⁴ Nesse período, o tráfico de escravos na África Oriental também continuou direcionado para o mundo árabe, persa e indiano.

Com a proibição do tráfico de escravos na África, promovida por meio de um acordo entre Inglaterra e Portugal, em 1842, esse comércio cresceu substancialmente, em particular, na área do sultanato de Angoche. Portugueses, afro-portugueses e franceses continuaram investindo no comércio de escravos, sobretudo por meio do oceano Índico, onde as ilhas Comores tornaram-se o principal entreposto.

Na década de 1860, depois da proibição efetiva do tráfico para as Américas e, com a procura de mão-de-obra para as ilhas do Índico após proibição do tráfico pela França em 1857, houve uma intensificação da captura, sobretudo na região norte de Moçambique.⁵ Os escravos eram levados para Sangage, e embarcados para Madagascar.⁶

³ MEDEIROS, Eduardo. *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, p.19-20. CAMPBELL, Gwyn. Madagascar and Mozambique in Slave Trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861. In: *Slavery & Abolition*, 9, dec. 1988, p.166-193.

⁴ RITA-FERREIRA, Antonio. *Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982, p.124, 156, 301. CLARENCE-SMITH, William. *The economics of the Indian Ocean slave trade in the nineteenth century*. London: Frank Cass, 1989. LIESEGANG, Gerhard. A first book at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914. In: LIESEGANG, G.; PASCH, H. & JONES, A. (eds.) *Figuring African Trade*. Berlin, Dietrich Reimer, 1986, p.452-523.

⁵ MEDEIROS, Eduardo; op. cit., 1988, p.35-36. MIDDLETON, John. *African merchants of the Indian Ocean. Swahili of the east african coast*. EUA: Waveland Press, INC., 2004.

⁶ CAPELA, José, *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p.33.

Diante desse panorama econômico, no qual o comércio de escravos tinha um papel importantíssimo, pode-se considerar como marco inicial da resistência ao domínio português a proibição do tráfico de escravos em 1842.

Em 10 de dezembro de 1836, foi promulgado o decreto, elaborado meses antes pelo ministro da Marinha e Ultramar de Portugal, Sá da Bandeira, proibindo a exportação de escravos por territórios portugueses. Entretanto, esse decreto não permitia à Marinha de Guerra inglesa a fiscalização das embarcações com bandeira portuguesa. Diante desse fato, a Inglaterra continuou a pressionar o governo de Portugal, que, em 3 de julho de 1842, acabou por assinar um tratado que previa a abolição total do comércio de escravos, o que permitiu aos ingleses o apresamento de navios e o julgamento dos tripulantes envolvidos com esse tráfico ilícito.⁷

Garantir a autonomia econômica do sultanato, sobretudo no que se refere ao controle do comércio de escravos, era fundamental para a permanência do poder e da soberania do sultanato de Angoche. O tráfico de escravos, além de proporcionar aos chefes suaílis grandes lucros, proporcionava-lhes prestígio e poder entre os demais grupos da região, bem como entre os agentes estrangeiros - franceses, indianos, brasileiros -, na medida em que dominavam uma rede comercial importantíssima.

O sultanato de Angoche conseguiu resistir à interferência portuguesa no controle da economia, no caso da proibição do comércio de escravos, até início do século XX, quando ainda escravos eram embarcados nessa área.

Na década de 1840, o sultão que comandava Angoche era Hassane Issufo. Este tinha um meio-irmão chamado Mussa-Momadi-Sabo, filho da mesma mãe e do xeque da Cabaceira Pequena, localidade no continente em frente à ilha de Moçambique. Seu pai Amadi-Sabo tinha a alcunha de Quanto que transmitiu ao seu filho Mussa, que passou a ser chamado de Mussa Quanto e tornou-se comandante militar do sultanato.

Aproveitando a grande influência que tinha sobre o sultão Hassane Issufo, Mussa Quanto convenceu-o a organizar uma expedição de guerra, comandada por ele, e destinada a conquistar as terras do Zambeze. Nessa época, o sultanato sofria com a concorrência do comércio realizado nas feiras do Zambeze e nos prazos de Quelimane.

⁷ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

Os caçadores do Lomué e da serra da Chinga ou do Namuli, e as caravanas do Gurié e do Milange levavam para lá marfim e ouro.

Em suas investidas no vale do Zambeze, Mussa Quanto invadiu as terras do senhor de prazos João Bonifácio. Como reação à invasão das suas terras e à escravização da sua população, Bonifácio organizou um ataque ao sultanato de Angoche. Durante alguns anos preparou os recursos necessários, como a compra de armas e o recrutamento de homens que permitissem a dominação do sultanato. E para tanto, recebeu o apoio militar de Portugal.

Em 25 de setembro de 1861, as forças de João Bonifácio ocuparam a ilha de Angoche. Mussa Quanto foi ferido e acabou fugindo para a povoação do xeque de Sancul, na baía do Mocambo, onde, então, foi preso e levado para a fortaleza de São Sebastião. Por sua vez, o sultão Hassane Issufe dirigiu-se para Madagascar, morrendo, mais tarde.

Em 1862, Mussa Quanto conseguiu fugir da prisão na fortaleza de São Sebastião onde havia permanecido por alguns meses. Há informações de que ele teria fugido para Madagascar e aí iniciado a organização de um contra-ataque para retomar seu território em Angoche. Para isso, obteve o apoio das elites de Madagascar que lhe forneceram armas e munições. Por outro lado, existem igualmente indícios de que Mussa Quanto tentou organizar a resistência a partir do interior de Moçambique.⁸

Os homens de Mussa iniciaram a ofensiva atacando um destacamento de soldados do governo português próximo ao Parapato.⁹ Em seguida, avançaram para o xecado de Sangage, antes aliado de Angoche e, nessa época, havia sido atacado pelos sipaios da Zambézia. O xeque de Sangage pediu ajuda ao governador geral de Moçambique que, então, enviou-lhe em torno de cem sipaios por mar. Seguiram várias batalhas até que o Namuali, como então era também conhecido Mussa Quanto, “declar[ou] cançado da guerra, mand[ou] entregar, num gesto teatral, a sua espingarda ao capitão-mór do Mossuril, foi para a Conducia e de Kissimajulo abal[ou]-se num pangaio para Madagascar (...)”.¹⁰ Tudo indica que Mussa Quanto fez um recuo

⁸ COUTINHO, João de Azevedo. *As duas conquistas de Angoche*. Lisboa: Pelo Império, 11, 1935, p.24.

⁹ Localidade do continente em frente à ilha de Angoche, mais tarde, denominada Antonio Eanes.

¹⁰ COUTINHO, João de Azevedo, op. cit., 1935, p.26. Constava que o “bando armado” de Mussa Quanto havia se dispersado após algumas providências tomadas pelo governador geral João Tavares de Almeida. O xeque da Quitangonha informava ao governo português que o Mussa “fugira em seu

estratégico para recompor as suas forças de guerra em Madagascar. Ele costumava enviar fazendas para o interior recebendo escravos em troca que, mais tarde, permutava por armas e munições em Zanzibar, Madagascar e Comores.¹¹

Em agosto de 1864, Mussa Quanto retornou à Sangage com mais armamentos e submeteu grande parte da população, carregando nove pangaios com escravos. Logo depois, atacou também o posto no Parapato, fazendo seu comandante o alferes Montenegro fugir para Muchelele. Após ameaças da gente de Mussa Quanto, como os “mujojos” Athemane Bumo Ambacy e seu irmão Bino Damune, o governador geral de Moçambique, Antonio do Couto e Castro, ordenou que fossem retiradas as forças do Parapato. Assim, o governo português perdia um dos principais pontos estratégicos no continente, com ligação para o interior.¹²

Ao analisar o período no qual enquadra-se a atuação do comandante militar e, mais tarde, sultão Mussa Quanto, pode-se levantar como hipótese que a perda da soberania também foi um dos fatores fundamentais para a organização da resistência em Angoche. Após ser preso em 1861 e ver uma parte do território do sultanato ocupado pelas autoridades portuguesas, isto é, a ilha de Angoche, Mussa Quanto articulou sua fuga da prisão e reorganizou suas forças militares, iniciando um contra-ataque a um destacamento de soldados do governo português próximo ao Parapato. Em seguida, avançou em direção ao xecado de Sangage e ao grupo imbamela sob o comando do chefe Morla-Muno, ambos nessa época próximos politicamente aos portugueses. Por outro lado, Mussa Quanto intensificou as relações com algumas sociedades da costa e do interior, no norte de Moçambique. Essas relações entre os sultões de Angoche e os chefes do interior eram estabelecidas, muitas vezes, por meio do comércio ou por laços de parentesco.

Em 1862, segundo o comandante militar de Angoche, um grupo, que havia atacado um destacamento do comando militar de Angoche no Parapato, foi, logo depois, encontrado na ilha de Saja. Este grupo era formado por alguns “moiros de Quitangonha

pangaio árabe para Madagascar”. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direção Geral do Ultramar (DGU), Correspondência dos Governadores, Moçambique, 30 de abril de 1863, caixa 1312, pasta 30, capilha 1, documento 62.

¹¹ AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, Moçambique, 3 de janeiro de 1867, caixa 37, capilha 1, ofício n.9, documento 1.

¹² AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, Moçambique, setembro/outubro de 1864, caixa 1315, pasta 33, capilha 1, documento 159.

e macuas, que Mussa Quanto pudera reunir à força de grandes promessas para o acompanharem. Depois deste episódio, consta que Mussa Quanto foi procurar ajuda com um chefe do interior.”¹³

Em 1867, o governador interino de Angoche, José Joaquim Muniz Cabral, escreveu ao Secretário do Governo Geral da Província de Moçambique, Alexandre Balduino Soares Tavares de Mendonça, relatando que alguns “monhés” que estavam no M’luli tinham ido para a Murrua (território onde habitava o Mussa Quanto) levando escravos e armas com o objetivo de tratar como Mussa haveria de ser “introduzido” na região. Acrescenta que já tinham arranjado em M’luli o seu casamento com uma mulher parente de um “monhé” chamado Canana.¹⁴

Vale retomar neste momento a discussão feita por Jean-Loup Amselle e Elikia M’Bokolo a respeito dos estudos das sociedades africanas. Estes autores ressaltam a importância da análise dos “espaços pré-coloniais”, onde cada sociedade é resultado de uma rede de relações entre diferentes sociedades dentro de diversos espaços sociais, quais sejam, espaços de troca, políticos, linguísticos, culturais e religiosos. No caso do sultanato de Angoche fica claro a sua importância como espaço de troca comercial, que integrava redes internacionais, envolvendo não apenas as sociedades do interior do continente, mas também aquelas estabelecidas ao longo de toda a costa oriental africana, bem como as ilhas localizadas no oceano Índico.¹⁵

Além de fazer parte do “mundo suaíli” e se integrar à rede comercial e cultural do Oceano Índico, o sultanato de Angoche também dirigiu seus interesses e promoveu estratégias políticas (não apenas visando o tráfico de escravos) para o interior do continente. Os líderes de Angoche agiam levando em consideração que o seu território era uma parte integrada ao continente, fazendo uso de uma política de parentesco comum entre as sociedades localizadas desde o interior até a costa africana. Essas

¹³ AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, Moçambique, 27 de maio de 1862, caixa 1310, pasta 28, capilha 2, documento 118.

¹⁴ AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, Moçambique, 31 de julho de 1867, caixa 37, capilha 1, documento 65. Em 1868, Celestino Feliciano de Meneses, membro do conselho do governo, afirmava que Mussa Quanto preparava-se para atacar as terras fronteiras à ilha de Moçambique, ajudado pelos chefes seus amigos e aliados. AHU, SEMU, DGU, Correspondência dos Governadores, Moçambique, 29 de outubro de 1868, caixa sem nº, pasta 40, capilha 1, documento 49.

¹⁵ AMSELLE, Jean-Loup & M’BOKOLO, Elikia. *Au coeur de l’ethnie. Ethnie, tribalisme e État en Afrique*. Paris: La Découverte, 1999, p.23-34.

estratégias criaram laços políticos de lealdade e comerciais entre os chefes do interior e o sultão de Angoche.¹⁶

A relação política e cultural construída entre o sultanato de Angoche e os povos do interior do continente é uma dimensão importante para se entender a resistência às investidas de dominação portuguesa, na medida em que foi a articulação com essas sociedades do interior uma das possíveis razões pelas quais Angoche conseguiu manter-se independente do governo português.

Durante o século XIX, notam-se, por parte do sultanato de Angoche, tentativas de alianças entre as diferentes sociedades presentes nessa região. Essas alianças foram muito importantes no final do século XIX, quando foi organizada uma coligação contra os portugueses composta pelo sultanato de Angoche e outras sociedades islâmicas da costa e por chefes macuas, postergando a dominação até 1910.¹⁷

Uma das formas de aliança utilizada pelo sultanato de Angoche com os chefes das sociedades do interior foi estabelecida por meio da relação de parentesco e doação de terras. A propriedade da terra nessa região era de direito dos chefes que conquistavam por meio de herança ou da ocupação, e a distribuía entre a população. Quando uma família se estabelecia em novas terras, devia pedir permissão ao chefe e entregar uma filha ou mulher para se casar.¹⁸

A relação, por exemplo, entre o sultanato de Angoche e a sociedade macua-imbamela (*á-nambamella*) foi marcada por uma política de doação de terras, que influenciou, em certa medida, a formação de alianças e a oposição ao governo português no final do século XIX.

¹⁶ BONATE, Liazzat J. K; op. cit, 2003, p. 115-143. BONATE, Liazzat J. K. Traditions and transitions. Islam and chiefship in northern Mozambique, ca. 1850-1974. (Tese de doutorado) University of Cape Town, 2007, p.7.

¹⁷ Essa relação com os chefes do interior pode ser percebida já em meados do século XIX quando houve o combate contra o senhor do prazo João Bonifácio Alves da Silva. Nessa ocasião, “nas vésperas do combate, incansável [Mussa Quanto] tinha percorrido as regiões aliadas da terra firme, fazendo tocar os batiques de guerra, discutindo com os régulos macuas a utilidade geral da independência da ilha, e a conveniência em afastar o jugo dos brancos – tão maus vizinhos com as suas idéias contra a escravatura.” Lupi, Eduardo *Angoche. Breve memória sobre uma das capitânicas-mores do distrito de Moçambique*. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1907, p.187.

¹⁸ “A gente que vem de novo estabelecer-se nas terras de um régulo pede previamente licença. É uso, geralmente quando é um chefe pequeno que vem para as terras de outro, concedida a licença, oferecer-lhe uma filha ou mulher sua subordinada para casar. O régulo manda indicar por um ajudante ou cabo a povoação para onde o indígena deve ir viver.” AMORIM, Pedro Massano de. *Relatório sobre a ocupação de Angoche* operações de campanha e mais serviços realizados. [Lourenço Marques]: Imprensa Nacional, 1911, p.115.

Os imbamelas eram formados por três grupos: *à-sêna*, *á-nélla* e *á-iadje*. Na segunda metade do século XVI, eles migraram das terras do Borôro, a oeste do Barué, em direção ao mar por conta das invasões de outros grupos. O chefe dos *á-nélla* recebia a designação hereditária de Morla-muno. Os *á-sêna* acabaram se juntando com os *á-iadje*, cujo chefe tinha o nome de Kuernéa-muno (ou Guarnéa-muno).¹⁹ Ao longo do século XIX esses dois grupos estabeleceram uma relação conflituosa, da qual o governo português tirou proveito, aliando-se aos *á-nélla* e contra os *á-iadje*, que se colocaram ao lado do sultanato de Angoche. Por sua vez, a relação de lealdade entre os *á-iadje* de Kuernéa-muno e o sultanato de Angoche pode ter se iniciado a partir da relação de doação de terras.

Na época do sultão Aláue-Mugossirima, Marreca-muno (“um dos grandes de Angoche”) foi incumbido de tratar com imbamelas sobre as terras que ocupariam ao longo do curso médio do rio M’luli, salientando que não invadissem a área reservada a cada um dos grupos. Mas, no século XIX, o Marreca-muno consentiu que os *á-nélla* ocupassem também as terras de Macogone e que os *á-iadje* descessem pelo vale do M’luli, cujas terras eram mais férteis do que a dos *á-nélla*.²⁰

Dessa maneira, pode-se dizer que as disputas entre as duas sociedades imbamelas ao longo do século XIX, assim como a relação de lealdade entre Angoche e os *á-iadje* de Kuernea-muno e a aproximação entre o governo português e os *á-nélla* de Morla-muno, estão inseridas numa política de doação de terras, marcada pelo privilégio, dado pelo sultanato de Angoche aos *á-iadje*, de habitar as terras mais férteis da região.²¹

O sultanato de Angoche também estabeleceu relações de lealdade a partir da doação de terras com as sociedades localizadas no território denominado M’lay e seus arredores (Selége, M’zêa e Morrua), próximo a Antonio Ennes. Quando algumas populações do interior iniciaram um movimento migratório em direção ao litoral, essas terras estavam, então, despovoadas por conta das razias realizadas para produzir

¹⁹ LUPI, Eduardo, op. cit., 1907, p.145- 174, 202-206.

²⁰ Idem, ibidem, p.145- 174, 202-206.

²¹ Há outra explicação para as desavenças entre os *á-nélla* e os *á-iadje* e para a aliança ou oposição destes ao governo português. Em 1862, Morla-muno e vinte e quatro chefes seus subordinados tiveram um encontro com o capitão-mor de Angoche Gourgelt. Nesta ocasião, como uma maneira de distinção, ofereceu-se uma cadeira a Morla-muno e outra a Suleimane-bin-Rajah, intermediário da aproximação com os imbamelas, deixando-se de lado o Kurnéa-muno, que não gostando dessa diferença de tratamento, não participou da aliança luso-imbamela. LUPI, Eduardo, op. cit, 1907, p.203.

escravos. Para impedir que os migrantes chegassem aos principais portos de Kinga, Sangage e Antonio Ennes, o sultanato de Angoche resolveu estabelecer uma barreira a esses povos, deslocando aquelas sociedades do vale do rio M'lay (mais ao sul) para essa região. Nessa época, algumas destas sociedades do M'lay travavam uma disputa no território vizinho de Marrovone, devido à morte de um dos seus chefes (Marrussamuno) por gente daquela sociedade. Por essa razão, e por serem as novas terras melhor localizadas, a população de M'lay acabou construindo laços de lealdade com os de Angoche. Como resultado dessas relações, o sultanato de Angoche recebeu apoio dessas sociedades ao longo do século XIX e, sobretudo no início do XX, durante as ações contra a dominação portuguesa. Há indícios de que, já em 1861, Mussa-Quanto e os “grandes de Angoche” foram ajudados pela gente de M'lay, refugiando-se ali após a ocupação da ilha de Angoche pelos sipaios de João Bonifácio.²²

Outro fator importante que pode ter contribuído para a mobilização e coesão das várias sociedades do norte de Moçambique contra a dominação portuguesa foi o islamismo.²³ Assim como as relações de lealdade construídas entre o sultanato de Angoche e as sociedades do interior por meio da doação de terras e de parentesco, a expansão do Islã possibilitou a construção de uma unidade acionada num momento de crise, configurado com as tentativas de dominação por Portugal no final do século XIX. Significa dizer que, a articulação política promovida, sobretudo por Mussa Quanto com os chefes do interior do continente africano, baseada na religião islâmica, pode ter facilitado a organização da resistência às investidas portuguesas de dominação.

A expansão do Islã na região insere-se no contexto da viagem realizada por Mussa Quanto, em 1849, e seu parente *hajji* e também *sharif*.²⁴ Eles percorreram o

²² LUPI, Eduardo, op. cit., 1907, p.173-175.

²³ A respeito do islamismo em Moçambique são relevantes as obras: Alpers, E. A. East Central África. In: N. Levtzion & R.L. Pouwels (eds.). *The History of Islam in Africa*. Athens: Ohio University Press, Oxford: James Curry, Cape Town: David Philip, 2000, p.303-327. BONATE, Liazzat J. K. Islam and Chiefship in Northern Mozambique. *ISIM Review*, Centro de Estudos do Islão no Mundo Moderno (ISIM), Universidades de Amsterdam/Leiden/Nijmegen/Utrecht, 2007, 19, p. 57-57. BONATE, Liazzat J. K. Roots of Diversity in Mozambican Islam. In: *Lusotopie*, Leiden: Brill, 2007, Mai, XIV (1), p. 129-149. BONATE, Liazzat J. K. *Traditions and transitions: Islam and chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1974*; (Tese de Doutorado), Department of Historical Studies, Universidade de Cape Town, África do Sul, 2007.

²⁴ Hajji significa aquele que fez a peregrinação à Meca e sharif significa “todo aquele que descende directamente do Profeta; por causa dessa descendência são designados por ‘Duriath M'nabie’ ou ‘A'hali Baith M'nabie’, que significa ‘Os do sangue do Profeta’. Têm tratamento de ‘Saide’ ou ‘Mulana’ (respectivamente Alteza e Senhor). CARVALHO, Álvaro Pinto de. Notas para a história das

Lomué, o Lugenda chegando até ao Zambeze, tecendo uma importante rede de interesses comerciais e políticos. Em seguida, partiram em direção ao território dos ajauas, onde o *sharif* procurou arranjar prosélitos, promovendo a expansão do islamismo entre os grupos do interior do continente. Mais tarde, eles seguiram para Zanzibar com objetivo de visitar parentes e depois para as ilhas Comores e Madagáscar.

A viagem empreendida por Mussa Quanto tinha três propósitos direcionados ao interior do continente: estabelecer relações com as sociedades do interior, conhecer e dominar as principais rotas comerciais e expandir o islamismo. Mas, de alguma maneira, esses objetivos estavam também relacionados a sua política externa com relação a outros centros islâmicos do Índico. Na medida em que fazia uso dessas estratégias, Mussa Quanto transformaria o sultanato de Angoche no centro político, econômico e religioso mais importante do norte de Moçambique, tornando-se uma referência no continente para as organizações políticas localizadas no oceano Índico.

Mais tarde, na década de 1860, após sair da prisão e ter perdido a ilha de Angoche, que tinha sido ocupada pelos sipaios de João Bonifácio, Mussa Quanto reorganizou as suas forças militares para recuperar o poder na região.

Neste caso, o intuito de Mussa Quanto era recuperar a soberania do sultanato de Angoche, cujo reduto político (a ilha de Angoche) havia sido ocupado pelo governo português. Além disso, outras sociedades islamizadas do norte de Moçambique e que, de alguma maneira mantinham, há muito tempo, relações políticas com Angoche, como o xecado de Sangage, haviam se aproximado politicamente do governo português.²⁵

Para tanto, uma das estratégias utilizadas por Mussa Quanto para retomar o poder foi promover uma guerra contra essas sociedades que tinham se distanciado do sultanato de Angoche, esquecendo-se da sua antiga relação. É preciso dizer que os xecados de Sangage, Sancul e Quitangonha foram fundados por gente de Angoche ou tiveram seus territórios cedidos por este sultanato. Portanto, essa relação era fundamentada em princípios de lealdade, já que muitas delas consideravam os “grandes de Angoche” os antigos senhores da terra.

confrarias Islâmicas na Ilha de Moçambique. In: *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*. Maputo, 4, 1988, p.65.

²⁵ “Posto o pé novamente em terra africana, trata de alargar influência em breves expedições pelo interior, castigando os que se conservam fieis [ao governo português]”. LUPI, Eduardo, op. cit., 1907, p.191.

Pedro Massano de Amorim informa que, em 1864, Mussa Quanto desembarcou em Sangage, vindo de Madagascar, com três pangaios carregados de armas e “com gente que conseguiu catequizar” e que as populações “submetem-se facilmente, e vão, pouco a pouco, reiterando os protestos de submissão, como seus antigos vassalos.”²⁶ Significa dizer que Mussa Quanto conseguiu, através da guerra, recuperar seus antigos aliados, que já eram muçulmanos, mas que haviam se aproximado do governo português e se posicionado contra o sultanato de Angoche, com quem mantinham uma relação antiga, na qual a religião era também um fator relevante.

Dessa maneira, podemos perceber como a expansão do Islã e as relações de lealdade construídas por meio do comércio, de casamentos e da doação de terras, entre o sultanato de Angoche e outras sociedades do norte de Moçambique foram elementos importantes na organização da resistência diante das ofensivas portuguesas de dominação.

²⁶ AMORIM, Pedro Massano de, op. cit. , 1911, p.7.